

Fala-se de indefinição eleitoral no cenário político; não há propriamente indefinição. Tudo se resume a que os candidatos ou pré-candidatos à presidência não reúnem as condições necessárias para liderar o país no salto a ser dado para romper os estreitos limites em que foi historicamente mantido por interesses menores, conveniências geoeconômicas, estratégicas e políticas externas, incapacidade sistemática e omissões criminosas.

A melhor maneira de defender o indefensável é alinhar números e proposições que, embora relevantes no quadro geral das necessidades brasileiras, correm por fora do essencial e só se podem realizar se o indispensável fato gerador for convenientemente estabelecido. Mesmo as questões sociais giram em torno da Economia, carente de ajustes, definições e planejamento, a partir dela definindo-se as prioridades por ordem de grandeza e importância no desenvolvimento abrangente das relações econômicas e sociais, de cidadania, por consequência.

O blog falou na última semana em concentração de renda, na concentração de renda reforçada por privilégios de graus e caráter diversos de que goza o empresariado, o outro eu do assim chamado mercado, sua criatura diletta e *queridinho* das elites econômicas, que nunca tiveram o menor apreço pela melhor estruturação da Sociedade brasileira, na qual a correlação de forças é sempre desfavorável às camadas mal aquinhoadas, geralmente desprotegidas e apenas usada como massa de manobra dos grandes projetos de poder pessoais e corporativos. Quem tem em mente que pobre também deve ter a dignidade preservada e precisa comer, vestir e ir à escola como se faz no mundo 'branco' é pejorativamente classificado de populista; quem se preocupa em proteger o Brasil, seus recursos e sua gente é comunista, no mínimo esquerdista, ainda existentes os que utilizam a falácia dicotômica direita/esquerda para embair, promover rupturas institucionais, atirar contra os reais combatentes da igualdade social, da luta para, pelo menos, diminuir as distâncias econômicas e sociais, os beneficiários de suas lutas e ideias. E há um bocado de gente fora do banquete, ou exercendo um mínimo de cidadania, a entrar nessa malvadeza.

As Administrações públicas são as principais responsáveis pela concentração de renda; além de favorecê-la, e, mesmo, promovê-la, não cobram resultados pelas 'aplicações' do dinheiro público, via impostos, no pires permanentemente estendido dos empresários, pires esse ultimamente convertido em exigências ao nível das imposições da prática política, tipo, se não atender ao que quero sumo com o dinheiro, encarecendo-o, reduzo as atividades produtivas e o resto você sabe, desemprego, desordens institucionais, econômicas, sociais e todas as bagunças afins.

É muito bonito falar de tudo quanto o Brasil precisa, mas a falar-se sobre isso tem-se que falar prioritariamente de Economia, tem-se que falar em equacionamento econômico, tem-se de estar falando num quadro harmônico em que custos, despesas e os investimentos indispensáveis estejam alinhados com a receita. Todos sabemos o que é preciso fazer — desnecessários e suspeitos quaisquer oráculos a adivinhos dos segredos de polichinelo do país —, especialmente os que sofrem os efeitos perversos das necessidades básicas não atendidas, sabendo-se, também, que sem dinheiro não se faz nada, pacífico que por aqui o dinheiro público tem vazado pelo ralo misteriosamente sem que ninguém se preocupe em fechar os caminhos por onde isso acontece. O discurso é genérico, acabar com a corrupção, mas ninguém faz nada de concreto, de efetivo. Prender indiscriminadamente, incutir na população uma mentalidade obsessivo-compulsiva de punir, punir de qualquer jeito e maneira nunca foi o caminho. Depois, num país seletivo e deficitário como o nosso, bate uma curiosidade danada de saber, face à 'vermelhidão' permanente em que vive a Administração, como consegue ela fazer certas coisas que só quem tem dinheiro pode fazer.

O orçamento brasileiro é uma peça de ficção; partindo de um rombo ao redor de 6% (seis por cento) do PIB e de todos os lombos e trincas existentes, a propiciar vazamentos por todos os lados, como elaborar um programa econômico realista e bem dirigido sem atacar, adequando-os às 'figuras' históricas, as despesas e custos extrapolados a limites absurdos numa Economia ridiculamente pequena para o ainda grande potencial do país, sem nenhum planejamento, comprometida em seus alicerces por desacertos inaceitáveis e comandos dirigidos ao desgoverno? Não há opção nenhuma a não ser, sob qualquer sacrifício, reconstruir o Brasil, e isso é tarefa para "gente grande" que haja provado na prática sua competência e têmpera, sem ataques de nervos ou maus modos, que isso somente divide, e, notadamente, sem compromissos com a baderna de propósito estabelecida por grupos localizados para trava-lo de vez e alijar-lhe os direitos de solo e subsolo que lhe pertencem.

Algumas medidas paralelas à revisão fiscal, econômica e orçamentária são também necessárias, tal é o caso da Cessão Onerosa de que trata a Lei N° 12.276/10. O controle da energia em suas variadas formas por parte do país que a detém nada tem a ver com agências não governamentais, livre concorrência ou monopólio, é uma questão estratégica

num mundo dominado pelo descontrolo, sujeito às mais graves imprevisibilidades como a explosão dos preços do óleo cru e o recente ressurgimento do *machismo* internacional, que, aparentemente, pretende ressuscitar a política das portas arrombadas. Portas abertas é coisa do passado.

Há que se evitar, contudo, quando se fala na Economia do país, e por decorrência na infraestrutura sem a qual ele não se desenvolverá sustentadamente, os espasmos, desconectados do sistema que deve ser implementado, como as anunciadas concessões ferroviárias, a uma porque esse tipo de coisa não cabe ser cogitado nos últimos seis meses de um governo e, a duas, por não se dever constituir *manchas* isoladas no mapa de transporte nacional, havendo as graves necessidades desse segmento de começarem a ser corrigidas após cuidadosos estudos e planeamento das reais e abrangentes carências do transporte pesado, integrando as ferrovias a serem construídas com a malha rodoviária de cada área, com os terminais marítimos de linhas oceânicas, de longo curso, e com as *estações* da navegação de cabotagem, igualmente de extrema valia e necessidade, tudo isso não apenas para o adequado escoamento da produção, evitando-se as perdas observadas, mas, sobretudo, para promover-se uma severa redução dos custos de transporte.

Pressa nem sempre é apenas pressa; pode ser a afoiteza ordinariamente resultante da inclinação em satisfazer interesses, no mínimo isolados, sabe-se lá de que natureza!

